XLVI CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROVA PREAMBULAR	29 de julho de 2012

NOME DO CANDIDATO	ASSINATURA

- Este caderno contém 100 questões objetivas. Verifique se ele está completo e se não possui problemas de impressão. Se for o caso, solicite a substituição.
- Identifique este caderno preenchendo agora os campos acima com seu nome e assinatura.
- Confira a correção dos seus dados pessoais constantes na folha de respostas e, em caso de erros ou dúvidas, consulte um fiscal de sala.
- Responda as questões formuladas preenchendo a folha de respostas com caneta esferográfica preta, sem rasurar.
- Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- Não utilize qualquer espécie de material para consulta.
- Abstenha-se de fazer perguntas relacionadas ao conteúdo das questões, pois a interpretação destas faz parte da prova.
- O candidato NÃO PODERÁ LEVAR ESTE CADERNO DE QUESTÕES, que estará disponível para consulta no site www.mp.rs.gov.br.
- Não deixe de assinar a folha de respostas e a lista de presenças.
- A prova terá duração de CINCO HORAS E TRINTA MINUTOS.

O gabarito das provas será publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e também estará disponível para consulta no site www.mp.rs.gov.br/concursos a partir do dia 1º de agosto de 2012.

Direitos reservados ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul - Proibida cópia e/ou reprodução total ou parcial

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões **01** a **15** estão relacionadas ao texto abaixo.

Armatya Sen, Nobel de Economia em 1998, não é apenas um pensador singular que _____ para a transformação e expansão das fronteiras de disciplinas supostamente estanques: economia e ética filosófica. Ele é um viajante global em busca da construção de um mundo melhor. Desde seus primeiros escritos, procurou expandir as fronteiras, dadas como certas e fixas, da economia, estendendo-as para além dos tratamentos dominantes, conectando-as a problemas políticos, sociais e filosóficos. Um de seus alvos foi a suposta necessidade de a racionalidade ser estreitamente definida como um tipo de eficiência exclusivamente associada ao comportamento autointeressado, com objetivos limitados ao próprio bem-estar e escolhas orientadas apenas para objetivos autocentrados.

O Nobel afirma que a economia é uma ciência pobre em ética. Ficou, melhor dizendo. Nos seus fundamentos, especialmente desde Adam Smith, havia um valor essencial orientando as considerações hoje fixadas como de racionalidade puramente instrumental e de eficiência econômica. Qualquer consideração sobre o chamado "bem humano", incluindo valores, compromissos e objetivos não centrados no interesse pessoal, _____ na dimensão única da satisfação individual. E no passo seguinte a esse radical reducionismo, ao se interpretar monoliticamente bem-estar como utilidade, a origem "ética" da economia desapareceu. Nesse movimento, todas as dificuldades do utilitarismo como ética filosófica _____ para baixo da mesa. Muito do trabalho pioneiro de Armatya pode ser visto como uma metódica infusão das informações ligadas a aspectos valiosos na pálida avaliação dos problemas políticos e sociais oferecida pela ortodoxia econômica. Tal é o caso dos males que assombram a opulência sem precedentes do mundo atual: a pobreza extrema, a destituição e a exclusão sociais, a privação de direitos básicos, a carência de oportunidades, e o desenvolvimento que não prioriza as pessoas, que trata a distribuição dos ganhos como uma consequência magicamente automática.

Entre os temas mais fundamentais para análise e avaliação da vida em sociedade, encontra-se a própria caracterização da justiça. Como julgar uma sociedade a partir do ponto de vista da justiça? Na tradição do chamado "contrato social", o marco contemporâneo é a teoria da "justiça como equidade", de John Rawls, que inaugurou uma análise sistemática da natureza da justiça com base nos "princípios de justiça": aqueles escolhidos em uma situação contratual original delimitada por condições de imparcialidade e igualdade. Esses são princípios ideais, a partir dos quais podemos escolher novas instituições sociais e julgar as existentes. Um dos problemas cruciais com essa abordagem, afirma Sen, é que esses princípios não servem para fazer comparações entre situações específicas – aquelas que realmente precisamos enfrentar e ponderar – e situações alternativas, entre as quais precisamos decidir racionalmente o que é mais justo buscar realizar.

Em seu livro *A Ideia de Justiça*, Sen faz uma apresentação abrangente dos problemas que devem ser analisados na construção de uma abordagem alternativa. O que está em questão não é apenas um desacordo sobre a métrica a ser usada para avaliarmos a justiça ou o grau de injustiça de uma situação ou mesmo instituição social, mas a concepção que temos do papel da razão prática na justificação dessa métrica e da natureza da imparcialidade, objetividade e universalidade ética. Tendo como motivação básica produzir uma abordagem abrangente que funcione como parte de um método racional para melhorar a justiça e reduzir as injustiças em sociedades democráticas realmente existentes, a obra de Sen, como um todo, é um ponto de partida imprescindível para quem anseia por corrigir as injustiças do mundo.

Adaptado de:
DONINELLI-MENDES, R. *Zero Hora*, 3 de março de 2012, p. 4-5.

01. Assinale a alternativa que preenche corretamente, e de acordo com o sentido do texto, as lacunas das linhas 01, 12 e 15, respectivamente.

a) vem contribuindo	– foi achatada	– foram varridas
b) tem contribuído	– foram achatados	– foi varrida
c) vem contribuindo	– foram achatados	– foram varridas
d) tem contribuído	– seria achatada	– foi varrida
e) tinha contribuído	– foi achatada	– será varrida

02. Pode-se afirmar corretamente que o objetivo do texto é

a) transmitir informações acerca dos princípios éticos e filosóficos que orientam a produção intelectual de Armatya Sen.
b) informar que os economistas clássicos estavam ultrapassados em suas ideias acerca do conceito de 'eficiência econômica'.
c) apresentar a posição de Armatya Sen acerca da necessidade de se vincularem valores econômicos e éticos para analisar problemas sociais.
d) evidenciar que, desde sua origem, a ciência econômica visa buscar a satisfação da necessidade de consumo dos indivíduos.
e) demonstrar que as características do que se entende por "utilidade" denotam a atenção desmedida dada hoje pelos indivíduos ao seu bem-estar.

03. Considere as seguintes afirmações sobre o conteúdo de parágrafos do texto.

I – O primeiro parágrafo aborda características do que se entende contemporaneamente por economia, enfatizando que esta tem proporcionado, além do desenvolvimento da sociedade, lucros individuais compensadores.

II – O segundo parágrafo expõe preceitos da economia clássica, destacando que a adoção de seus postulados acarretou, em meio a outras mazelas impostas às classes menos favorecias, aumento da exclusão social e distribuição de lucros desigual entre os indivíduos.

III – O terceiro parágrafo apresenta os argumentos de Armatya Sen contra as ideias de John Ralws, para quem a justiça deve pautar-se por princípios que assegurem imparcialidade e equidade.

Quais estão de acordo com o texto?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

04. Considere as seguintes afirmações sobre fragmentos do texto.

I – Do fragmento ***não é apenas um pensador singular*** (l. 01), infere-se que o economista é também um formador de opinião reconhecido.

II – Do fragmento ***dadas como certas e fixas*** (l. 04), infere-se que as fronteiras que delimitavam o campo de atuação da economia em época passada não tinham sido ainda demarcadas.

III – Do fragmento ***Ficou, melhor dizendo*** (l. 09), infere-se que a economia era anteriormente uma ciência que se inspirava mais em preceitos éticos.

Quais estão de acordo com o texto?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

05. Assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as seguintes afirmações acerca do emprego de sinais de pontuação no texto, conforme estejam ou não corretas.

( ) As vírgulas na linha 01 assinalam a intercalação de um segmento com função explicativa.
( ) Os dois-pontos tanto na linha 02 quanto na linha 24 poderiam ser substituídos por vírgula, sem prejuízo da correção ou do significado do texto.
( ) Os travessões nas linhas 27 e 28 poderiam ser substituídos por vírgulas, sem prejuízo da correção e do significado do texto.
( ) A vírgula da linha 28 assinala a separação de orações coordenadas.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V – F – V – F.
b) V – V – V – F.
c) F – V – F – V.
d) F – F – V – F.
e) F – F – F – V.

06. Assinale a alternativa em que a relação de referência entre os elementos anafóricos e os respectivos segmentos textuais está correta.

a) ***seus*** (l. 03) – ***um pensador singular*** (l. 01)
b) ***seus*** (l. 05) – ***primeiros escritos*** (l. 03)
c) ***seus*** (l. 09) – ***O Nobel*** (l. 09)
d) ***Esses*** (l. 25) – ***imparcialidade e igualdade*** (l. 25)
e) ***aquelas*** (l. 28) – ***situações específicas*** (l. 27)

07. Assinale a alternativa em que se identifica corretamente o sujeito da forma verbal extraída do texto.

a) ***procurou*** (l. 03) – ***um viajante global*** (l. 02-03)
b) ***estendendo*** (l. 04) – ***as fronteiras*** (l. 03-04)
c) ***havia*** (l. 10) – ***um valor essencial*** (l. 10)
d) ***são*** (l. 25) – ***princípios ideais*** (l. 25)
e) ***Tendo*** (l. 34) – ***a obra de Sen*** (l. 36)

08. Considere o enunciado abaixo e as três propostas para completá-lo.

No tocante à regência verbal e nominal, seria possível, sem prejuízo da correção gramatical e do significado contextual, substituir

1 - ***associada ao*** (l. 06) por **associada com o**.
2 - ***imprescindível para*** (l. 36) por **imprescindível a**.
3 - ***anseia por*** (l. 36) por **anseia em**.

Quais propostas estão corretas?

a) Apenas 1.
b) Apenas 2.
c) Apenas 3.
d) Apenas 1 e 2.
e) Apenas 2 e 3.

09. Na coluna da esquerda, abaixo, estão listados nomes de seis classes gramaticais; na da direita, cinco palavras extraídas do texto.

Associe adequadamente as palavras da coluna da direita à respectiva classe gramatical, de acordo com as funções que essas palavras têm no texto.

1. advérbio	
2. adjetivo	( ) ***próprio*** (l. 07)
3. conjunção	( ) ***precedentes*** (l. 17)
4. preposição	( ) ***mesmo*** (l. 32)
5. pronome	( ) ***que*** (l. 34)
6. substantivo	( ) ***como*** (l. 35)

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) 6 – 2 – 5 – 4 – 1.
b) 2 – 6 – 1 – 5 – 3.
c) 5 – 1 – 6 – 5 – 3.
d) 2 – 6 – 1 – 3 – 4.
e) 6 – 2 – 5 – 3 – 4.

10. No texto, as grafias das palavras ***autointeressado*** (l. 07), ***bem-estar*** (l. 07), ***autocentrados*** (l. 08) e ***Ideia*** (l. 30) estão de acordo com os preceitos do novo *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, vigente a partir de 1º de janeiro de 2009.

Assinale, entre as alternativas abaixo, a única palavra cuja grafia também está de acordo com as normas desse novo *Acordo Ortográfico*.

a) asteróide
b) co-interessado
c) feiura
d) mão-de-obra
e) entre-safra

11. Assinale a alternativa que apresenta os sinônimos mais adequados para ***fundamentos*** (l. 09), ***infusão*** (l. 16) e ***cruciais*** (l. 26).

a)	alicerces	– inserção	– fulcrais
b)	dogmas	– introdução	– árduos
c)	pilares	– inserção	– insolúveis
d)	alicerces	– miscelânea	– árduos
e)	dogmas	– introdução	– fulcrais

12. Considere as seguintes propostas de substituição de palavras do texto, assinalando com **1** aquelas que manteriam o significado do texto e com **2**, aquelas que o alterariam.

( ) ***especialmente*** (l. 10) por **principalmente**
( ) ***puramente*** (l. 11) por **nitidamente**
( ) ***seguinte*** (l. 13) por **subsequente**
( ) ***como*** (l. 15) por **enquanto**

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) 2 – 1 – 2 – 2.
b) 1 – 2 – 1 – 1.
c) 2 – 1 – 1 – 2.
d) 1 – 1 – 2 – 1.
e) 1 – 2 – 2 – 1.

13. Considere as seguintes afirmações sobre segmentos do texto que contêm adjetivos.

I – O segmento ***radical reducionismo*** (l. 13) é contextualmente equivalente a **reducionismo radical**.
II – O segmento ***aspectos valiosos*** (l. 16) é contextualmente equivalente a **valiosos aspectos**.
III – O segmento ***própria caracterização*** (l. 21-22) é contextualmente equivalente a **caracterização própria**.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e II.
e) Apenas II e III.

14. Considere as seguintes afirmações sobre propostas de substituição de formas verbais do texto.

I – A substituição de ***assombram*** (l. 17) por **sombreiam** exigiria uma outra alteração no período.
II – A substituição de ***inaugurou*** (l. 23) por **deu início** exigiria uma outra alteração no período.
III – A substituição de ***julgar*** (l. 26) por **emitir opinião** exigiria uma outra alteração no período.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e II.
d) Apenas I e III.
e) Apenas II e III.

15. Considere o enunciado abaixo.

Armatya Sen assim se manifestou por ocasião de uma conferência internacional: "Procurarei, em meus escritos, expandir as fronteiras da economia que tanto me têm feito refletir."

Assinale a alternativa que apresenta as formas corretas para completar a reescrita desse enunciado em discurso indireto.

Armatya Sen disse que _____ , _____ , expandir as fronteiras da economia que tanto _____ _____ refletir.

a) procuraria	– em seus escritos	– o	– haviam feito
b) procurará	– em alguns escritos seus	– lhe	– fizeram
c) procuraria	– nos escritos dele	– o	– teriam feito
d) há de procurar	– em escritos dele	– lhe	– tinham feito
e) procurará	– em seus escritos	– o	– teriam feito

Instrução: As questões **16** a **30** estão relacionadas ao texto abaixo.

"Nada paralisou mais a inteligência do que a busca por bodes expiatórios", escreveu o historiador Theodore Zeldin. A tentativa de jogar a culpa por uma situação indesejada – de desastres naturais a guerras, de crises econômicas a epidemias – nas costas de um único indivíduo ou grupo quase sempre inocente é uma prática tão disseminada _____ alguns estudiosos a consideram essencial para entender a vida em sociedade.

No livro *Bode Expiatório – Uma História da Prática de Culpar Outras Pessoas*, Charlie Campbell defende a tese de que cada ser humano tende a se considerar melhor do que realmente é, e por isso tem dificuldade de admitir os próprios erros. Junte-se a isso a necessidade intrinsecamente humana de tentar encontrar um sentido, uma ordem no caos do mundo, e _____ os elementos exatos para aceitarmos a primeira e a mais simples explicação que aparecer para os males a nos afligir. Desde muito cedo, provavelmente com o surgimento das primeiras crenças religiosas, a humanidade desenvolveu rituais para transferir a culpa para pessoas, animais ou objetos como uma forma de purificação e recomeço. A expressão "bode expiatório" refere-se a uma passagem do Velho Testamento que descreve o sacrifício de dois ruminantes no Dia da Expiação. O primeiro bode era sacrificado em tributo a Deus, para pagar pelos pecados da comunidade. O segundo era enxotado da aldeia, carregando consigo, simbolicamente, a culpa de todos os moradores.

A escolha do bode expiatório costuma obeceder a, pelo menos, um de três requisitos. Primeiro, deve ser alguém capaz de substituir sozinho muitas vítimas potenciais. Foi o que ocorreu com Andrés Escobar, zagueiro da seleção colombiana de futebol, _____ gol contra na partida com os Estados Unidos eliminou seu time da Copa do Mundo de 1994. Quando voltou à Colômbia, Escobar foi assassinado a tiros, supostamente por apostadores que haviam perdido dinheiro com a derrota. Por maior que tenha sido o erro do jogador, é óbvio que num time que tem onze integrantes não se pode atribuir a apenas um deles toda a culpa por um resultado ruim.

O segundo quesito a ser preenchido por um candidato a bode expiatório é ser um alvo facilmente identificável. O ditador alemão Adolf Hitler, um dos mais cruéis inventores de bodes expiatórios de todos os tempos, achava que um verdadeiro líder nacional era aquele que, em vez de dividir a atenção de seu povo, tratava de canalizá-la contra um grande inimigo. Após séculos de antissemitismo na Europa, não foi difícil para os nazistas transformar os judeus em suas vítimas preferenciais, atribuindo a eles a responsabilidade por uma série de malfeitorias. A expiação coletiva imposta pelos nazistas resultou na morte de 6 milhões de judeus.

O terceiro critério para encontrar um bom culpado é suspeitar de qualquer pessoa que tente defender a inocência de um bode expiatório. Na caça às bruxas da Idade Média, que resultou no julgamento e na execução de milhares de mulheres, funcionava assim. Os métodos para identificar uma "noiva do demônio" eram absurdos. Um deles consistia em jogar a acusada num rio com as mãos e os pés atados; se ela boiasse, seria culpada; se afundasse, seria inocente, mas aí já estaria morta. Nessas condições, poucos testemunhavam em favor das supostas bruxas. Essa regra também é atávica dos estados totalitários, que, _____, não podem assumir as próprias falhas sob o risco de perderem a legitimidade, e por isso precisam de alguém para expiar suas culpas.

Adaptado de: SCHELP, D. A arte de culpar os outros. *Veja*, 16 de maio de 2012, p. 113-114.

16. Assinale a alternativa que preenche corretamente, e de acordo com o sentido do texto, as lacunas das linhas 04, 08, 17 e 32, respectivamente.

a) quanto	– tem-se	– cujo o	– a princípio
b) que	– têm-se	– cujo	– por princípio
c) como	– se tem	– que o	– por princípio
d) que	– têm-se	– cujo o	– a princípio
e) quanto	– tem-se	– cujo	– por princípio

17. Assinale a afirmação que está de acordo com o texto.

a) A sociedade escolhe seus "bodes expiatórios" pautada por juízos subjetivos, os quais muito frequentemente privilegiam interesses de grupos particulares.
b) Os indivíduos sentem certo desconforto quando passam por situações em que precisam reconhecer seus erros.
c) Da convicção religiosa de que os pecados dos homens seriam expurgados mediante a imolação de animais, surgiu a expressão "bode expiatório".
d) Em geral, os indivíduos não se mostram indulgentes com maneiras de pensar, de agir e de sentir contrárias às adotadas por eles próprios.
e) Na Idade Média, mulheres que se utilizavam de forças sobrenaturais para fazer sortilégios podiam redimir seus pecados em rituais praticados nas águas de um rio.

18. Considere as seguintes propostas de alteração na pontuação do texto.

1 - substituir os travessões das linhas 02 e 03 por vírgulas
2 - inserir vírgula antes e depois do segmento ***quase sempre inocente*** (l. 03)
3 - suprimir a primeira vírgula da linha 18
4 - substituir as duas ocorrências de ponto e vírgula da linha 30 por vírgulas

Quais propostas são gramaticalmente corretas e mantêm o sentido do trecho original?

a) Apenas 1 e 2.
b) Apenas 2 e 3.
c) Apenas 3 e 4.
d) Apenas 1, 2 e 3.
e) Apenas 2, 3 e 4.

19. Assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as seguintes afirmações acerca da função sintática de elementos extraídos do texto, conforme estejam ou não corretas.

( ) A palavra ***essencial*** (l. 04) é predicativo do objeto de ***consideram*** (l. 04).
( ) A palavra ***se*** (l. 06) é partícula apassivadora de ***considerar*** (l. 06).
( ) A palavra ***nos*** (l. 09) é complemento indireto de ***afligir*** (l. 09).
( ) O segmento ***por um candidato*** (l. 21) é agente da passiva de ***ser preenchido*** (l. 21).

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V – F – V – F.
b) V – V – V – F.
c) F – V – F – V.
d) F – F – V – F.
e) V – F – F – V.

20. Observe as seguintes afirmações sobre concordância.

I – Caso o segmento ***cada ser humano*** (l. 06) fosse substituído por **os homens**, quatro outras palavras deveriam sofrer ajustes para fins de concordância.

II – Caso o segmento ***os judeus*** (l. 24) fosse substituído por **o povo judaico**, três outras palavras deveriam sofrer ajustes para fins de concordância.

III – Caso o segmento ***estados totalitários*** (l. 32) fosse substituído por **totalitarismo**, quatro outras palavras deveriam sofrer ajustes para fins de concordância.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) I, II e III.

21. Considere o enunciado abaixo e as quatro propostas para completá-lo.

Seriam criadas as condições para uso da crase se, no texto, substituíssemos

1 - ***isso*** (l. 07) por **essa tese**.
2 - ***uma*** (l. 11) por **aquela**.
3 - ***com*** (l. 19) por **devido a**.
4 - ***bode expiatório*** (l. 21) por **vítima**.

Quais propostas estão corretas?

a) Apenas 1 e 2.
b) Apenas 2 e 3.
c) Apenas 3 e 4.
d) Apenas 1, 2 e 3.
e) 1, 2, 3 e 4.

22. Considere as seguintes propostas de alterações na ordem de segmentos do texto, assinalando com **1** aquelas que manteriam a correção e o significado do texto e com **2**, aquelas que os alterariam.

( ) deslocar ***mais simples*** (l. 08) para imediatamente depois de ***explicação*** (l. 08)
( ) deslocar ***supostamente*** (l. 18) para imediatamente depois de ***haviam*** (l. 18)
( ) deslocar ***apenas*** (l. 20) para imediatamente após ***deles*** (l.20)
( ) deslocar ***a eles*** (l. 25) para imediatamente antes de ***atribuindo*** (l. 25)

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) 2 – 1 – 1 – 2.
b) 1 – 2 – 1 – 2.
c) 1 – 2 – 2 – 1.
d) 1 – 1 – 2 – 2.
e) 2 – 2 – 1 – 1.

23. Em uma perspectiva etimológica, muitas palavras entraram prontas do latim ou de outro idioma para o léxico da Língua Portuguesa. No entanto, a maioria dos falantes não reconhece a origem das palavras, quer na sua forma mais antiga conhecida, quer em alguma etapa de sua evolução. Para compreender o processo de derivação das palavras que utiliza em seu dia a dia, o falante geralmente lança mão de seu conhecimento acerca do sentido e da função de prefixos e sufixos.

Com base nessa ressalva, pode-se afirmar corretamente que, entre as palavras abaixo extraídas do texto, a única que foi formada pelo acréscimo de sufixo que transforma adjetivos em substantivos é

a) ***humanidade*** (l.10).
b) ***rituais*** (l. 10).
c) ***purificação*** (l. 11).
d) ***ruminantes*** (l. 12).
e) ***zagueiro*** (l. 16)

24. Considere, abaixo, propostas de reescrita de três trechos do texto.

TRECHO		**PROPOSTA DE REESCRITA**	
1→	***a humanidade desenvolveu rituais para transferir a culpa para pessoas, animais ou objetos*** (l. 10)	**1→**	**rituais para transferir a culpa para pessoas, animais ou objetos foram desenvolvidos pela humanidade**
2→	***não foi difícil para os nazistas transformar os judeus em suas vítimas preferenciais*** (l. 24-25)	**2→**	**terem sido os judeus transformados em suas vítimas preferenciais não foi difícil para os nazistas**
3→	***poucos testemunhavam em favor das supostas bruxas*** (l. 31-32)	**3→**	**poucas testemunhas eram favoráveis às supostas bruxas**

Quais propostas são gramaticalmente corretas e mantêm o sentido do texto?

a) Apenas 1.
b) Apenas 2.
c) Apenas 3.
d) Apenas 1 e 2.
e) Apenas 2 e 3.

25. Considere as seguintes propostas de reescrita para o seguinte trecho do texto.

A expressão "bode expiatório" refere-se a uma passagem do Velho Testamento que descreve o sacrifício de dois ruminantes no Dia da Expiação. O primeiro bode era sacrificado em tributo a Deus, para pagar pelos pecados da comunidade. O segundo era enxotado da aldeia, carregando consigo, simbolicamente, a culpa de todos os moradores. (11-14).

I – A expressão "bode expiatório" remete a uma passagem do Antigo Testamento em que se descreve o sacrifício de dois ruminantes no Dia da Expiação. O primeiro bode era imolado em tributo a Deus para pagar pelos pecados da comunidade. O segundo era enxotado da aldeia, carregando consigo simbolicamente a culpa de todos os moradores.

II – A expressão *bode expiatório* refere-se a um trecho do Velho Testamento que descreve o sacrifício de dois ruminantes no Dia da Expiação: o primeiro bode era sacrificado em tributo a Deus para expiar os pecados da comunidade; o segundo era enxotado da aldeia e carregava simbolicamente consigo a culpa dos moradores todos.

III– A expressão "bode expiatório" alude a uma passagem do antigo Testamento que relata, no Dia da Expiação, o sacrifício de dois ruminantes, sendo o primeiro um bode, sacrificado em homenagem a Deus, para pagar os pecados da comunidade, e o segundo enxotado da aldeia, carregando sobre si, simbolicamente, a culpa de todos os habitantes.

Quais propostas são gramaticalmente corretas e mantêm o sentido do trecho original?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e II.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

26. Considere as seguintes propostas de deslocamento do segmento ***pelo menos*** (l.15).

1 - deslocar o segmento, entre vírgulas, para imediatamente antes de ***obedecer*** (l. 15)
2 - deslocar o segmento, entre vírgulas, para imediatamente depois de ***obedecer*** (l.15)
3 - deslocar o segmento, entre vírgulas, para imediatamente antes do segmento ***de três requisitos*** (l.15)

Quais propostas são gramaticalmente corretas e mantêm o sentido do trecho original?

a) Apenas 1.
b) Apenas 2.
c) Apenas 3.
d) Apenas 2 e 3.
e) 1, 2 e 3.

27. Considere as seguintes propostas de substituição de segmentos do texto.

1 - ***Quando*** (l. 18) por **No momento em que**
2 - ***assim*** (l. 29) por **dessa maneira**
3 - ***aí*** (l. 31) por **então**

Quais propostas são gramaticalmente corretas e mantêm o sentido do texto?

a) Apenas 1.
b) Apenas 2.
c) Apenas 3.
d) Apenas 1 e 3.
e) 1, 2 e 3.

28. Considere as seguintes propostas de substituição de trechos do texto.

1 - substituir ***Por maior que tenha sido o erro*** (l. 19) por **Embora tenha sido o maior erro**
2 - substituir ***num time que tem onze integrantes*** (l. 19-20) por **com onze integrantes num time**
3 - substituir ***um dos mais cruéis inventores de bodes expiatórios*** (l. 22) por **um dos inventores mais cruéis de bodes expiatórios**

Quais propostas são gramaticalmente corretas e mantêm o sentido do texto?

a) Apenas 1.
b) Apenas 2.
c) Apenas 3.
d) Apenas 2 e 3.
e) 1, 2 e 3.

29. Considere as afirmações que seguem.

I – O segmento ***um deles*** (l. 20) refere-se a Andrés Escobar.
II – O segmento ***seu povo*** (l. 23) refere-se ao povo alemão.
III – O segmento ***morta*** (l. 31) refere-se ao segmento ***a acusada*** (l. 30).

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas III.
c) Apenas I e II.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

30. Leia os períodos abaixo, adaptados do texto, e os verbos propostos para preencher as respectivas lacunas.

1. É de se lamentar que em nossa sociedade ainda se _____ a figura do bode expiatório. (**cultuar**)

2. Seria indispensável que os indivíduos _____ por seus atos. (**responsabilizar-se**)

3. Muitas mulheres foram condenadas por suspeita de que _____ bruxas. (**ser**)

De modo a expressar a correta relação entre tempos e modos verbais, considere as seguintes justificativas para o preenchimento da lacuna de cada um desses períodos.

I – A lacuna do período 1 deve ser preenchida com a forma verbal **cultue**, pois a construção *É de se lamentar que* requer o uso do verbo no presente do subjuntivo na oração subordinada.

II – A lacuna do período 2 deve ser preenchida com a forma verbal **se responsabilizassem**, pois a construção *Seria indispensável que* requer o uso do verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo na oração subordinada.

III – A lacuna do período 3 deve ser preenchida com a forma verbal **fossem**, pois a construção *por suspeita de que* requer o uso do modo indicativo na oração subordinada.

Quais justificativas estão corretas em relação ao preenchimento das lacunas?

a) Apenas I.
b) Apenas III.
c) Apenas I e II.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

CONHECIMENTOS JURÍDICOS

31. Assinale a alternativa correta.

a) Todos os Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados são escolhidos pelos respectivos parlamentos.
b) Quando do processo de apreciação das contas, os Tribunais de Contas dos Estados não têm poder para impor multas aos gestores públicos.
c) O julgamento das contas de um Prefeito Municipal pela respectiva Câmara de Vereadores pode ou não acatar o parecer prévio do órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar; no entanto, se não acatar o parecer, a Câmara deve fazê-lo pela unanimidade de seus membros.
d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, os Ministérios Públicos Especiais junto aos Tribunais de Contas dos Estados não têm legitimidade para cobrar judicialmente as multas que os próprios Tribunais aplicam aos gestores nos processos de prestação de contas.
e) Os Tribunais de Contas não podem, no exercício de suas funções, afastar a aplicação de lei ou ato normativo por entendê-lo inconstitucional.

32. Assinale a alternativa correta.

a) Segundo a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, o mandado de segurança, por ser uma ação constitucional, pode ser utilizado contra lei em tese.
b) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ações populares em defesa do patrimônio público.
c) Desde a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, em 2004, o único tratado internacional de direitos humanos que recebeu *status* de norma constitucional no ordenamento jurídico brasileiro é a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência.
d) De acordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, a medida provisória é exclusiva da União Federal, não podendo os Estados adotá-la em suas respectivas constituições.
e) A União não pode intervir em Município localizado em território de Estado, salvo quando se tratar de violação de direitos humanos ou para a proteção do patrimônio público.

33. Assinale a alternativa correta.

a) Os vereadores gozam tanto de inviolabilidade quanto de imunidade formal.
b) A inviolabilidade obsta a propositura de ação penal contra o parlamentar, mas não o protege em relação à ação por dano moral.
c) Segundo a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, além de decretar a quebra do sigilo bancário e telefônico do investigado, pode autorizar a interceptação telefônica.
d) O Prefeito Municipal absolvido pela Justiça comum em processo que lhe foi atribuído ato de improbidade administrativa pode sofrer, pelo mesmo fato, processo de *impeachment* junto à Câmara de Vereadores.
e) O Prefeito Municipal goza de imunidade formal relativa à prisão cautelar.

34. Assinale a alternativa correta.

a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, leis ordinárias são hierarquicamente superiores a leis complementares e a leis delegadas.
b) As Assembleias Legislativas dos Estados têm competência para definir crimes de responsabilidade.
c) É ilícita a prisão de depositário infiel, não importando a modalidade de depósito.
d) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a iniciativa de lei em matéria tributária é exclusiva do Chefe do Executivo.
e) Os Estados têm competência para legislar sobre bingos e loterias.

35. Assinale a alternativa correta.

a) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
b) A incidência do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza sobre a operação de locação de bens móveis é constitucional.
c) É inconstitucional a taxa cobrada pelos Municípios em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.
d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária fica sujeita ao princípio da anterioridade.
e) O Imposto sobre Operações Financeiras não está sujeito ao princípio da anterioridade do exercício financeiro.

36. Assinale a alternativa correta.

a) O Município, com finalidade de promover a reforma agrária, não tem competência para declarar de interesse social um imóvel rural situado nos limites de sua circunscrição.
b) É constitucional a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas estaduais.
c) O período de vigência da Lei Orçamentária Anual dos Municípios não precisa necessariamente coincidir com o ano civil.
d) Os créditos adicionais extraordinários dependem de autorização legislativa prévia.
e) Na devida ordem, as fases da despesa pública são: empenho, pagamento e liquidação.

37. Assinale a alternativa correta.

a) O prazo decadencial para o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade é de dez anos.
b) Não cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade contra súmulas dos Tribunais de Justiça dos Estados.
c) No julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal não pode declarar inconstitucional uma lei tomando por base fundamentos que não constam do pedido inicial.
d) Os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados têm legitimidade para propor, junto ao Supremo Tribunal Federal, ação direta de constitucionalidade de lei municipal perante a Constituição Federal.
e) A Constituição Federal confere ao Presidente da República o poder de vetar emendas à Constituição, mas não o de propô-las.

38. Assinale a alternativa correta.

a) A Constituição Federal de 1988 não contém limites expressos aos direitos fundamentais.
b) É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
c) A Constituição Federal de 1988 contém expressamente cláusula de proibição de retrocesso social.
d) O Supremo Tribunal Federal não aceita o bloqueio de verbas públicas do ente federado como forma de garantir a concretização dos direitos sociais.
e) Segundo o Supremo Tribunal Federal, não é cabível a concessão de medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade.

39. O Prefeito de um Município do interior do Rio Grande do Sul promoveu a desapropriação de um terreno para a construção de uma escola pública. No entanto, por conveniência administrativa, a área foi utilizada para alargamento de via de acesso à cidade, sendo construída uma praça pública na parte remanescente do terreno. A conduta do Executivo Municipal configura exemplo de

a) retrocessão.
b) tredestinação.
c) ocupação.
d) servidão.
e) incorporação.

40. Assinale a alternativa correta.

a) Diante da impossibilidade de comparação entre os serviços, e necessitando a Administração Pública dessa prestação peculiar, o processo licitatório deverá ocorrer em regime de urgência.
b) As concessões e permissões de bens públicos não dependem de licitação, ficando as respectivas contratações submetidas apenas à discricionariedade da Administração Pública.
c) A exigência de notória especialização para inviabilizar o processo de licitação foi prevista para ampliar o poder discricionário da Administração Pública, de modo a obter a plena satisfação do objeto do contrato.
d) A licitação é dispensável quando, embora viável, é menos conveniente para a Administração Pública do que a contratação direta.
e) A licitação é inexigível quando sua realização é inviável, devendo ser considerado taxativo o rol de hipóteses legais para a não realização do processo licitatório.

41. Assinale a alternativa correta.

a) A Parceria Público-Privada (PPP) é um contrato, uma concessão especial, em que o Estado pode assumir uma parte ou a totalidade da remuneração do parceiro privado, que tem como objetivo a obtenção de lucro.
b) Na Parceria Público-Privada (PPP), não há riscos compartilhados, uma vez que eventuais prejuízos do empreendimento deverão ser suportados exclusivamente pelo concessionário.
c) O objetivo da Parceria Público-Privada (PPP) é a implantação ou gestão de serviços públicos, com eventual execução de obras ou fornecimento de bens, tendo como limite máximo o valor de vinte milhões de reais.
d) A contratação de uma Parceria Público-Privada (PPP) deve ser precedida de certame licitatório na modalidade de concorrência, podendo ter como objeto funções exclusivas do Estado, tais como as de natureza regulatória ou de *Poder de Polícia*.
e) A concessão administrativa é uma modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) contratada para a realização de obras públicas a serem administradas, exclusivamente, pela Administração Pública.

42. Considere as seguintes afirmações sobre Princípios Administrativos.

I – O Princípio da Formalidade orienta tanto os processos administrativos como os atos jurídicos dos administrados, obrigando a observação dos ritos e das formas sacramentais em prol do interesse público, mesmo que a finalidade destes possa ser atingida por meios diversos.

II – A Moralidade Administrativa representa pressuposto de validade de todo ato administrativo, estando vinculada à moral comum, com base na opinião pública, uma vez que o povo é, ao mesmo tempo, origem e destino do Poder Administrativo.

III – A Eficiência é moderno princípio da função administrativa e determina que esta seja exercida com presteza e perfeição, exigindo resultados positivos para o serviço público, com atendimento satisfatório das necessidades dos administrados.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e II.
e) Apenas II e III.

43. São atribuições do Promotor de Justiça Eleitoral, **EXCETO**

a) atuar como substituto processual nos feitos eleitorais.
b) atuar nas investigações eleitorais.
c) promover a competente ação penal em relação aos acusados que não tenham foro privilegiado por prerrogativa de função.
d) acompanhar os pedidos de alistamento de eleitores e de cancelamento de inscrição.
e) representar nos casos que envolvem propaganda eleitoral irregular.

44. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) A realização de comício ou carreata no dia da eleição é crime eleitoral puro, pois somente pode ser praticado na esfera eleitoral.
b) A corrupção eleitoral é crime eleitoral acidental, pois o bem jurídico é protegido tanto pela legislação penal como pela legislação eleitoral.
c) O homicídio de eleitor em dia de eleição é crime comum conexo a crime eleitoral, que deve ser processado pela Justiça Especializada Eleitoral.
d) Não constitui crime eleitoral o fornecimento de refeições pela Justiça Eleitoral, quando imprescindível diante de absoluta carência de recursos dos eleitores da zona rural.
e) Constituem crimes eleitorais o órgão do Ministério Público não apresentar denúncia, no prazo legal, ou deixar de promover a execução de sentença condenatória.

45. Considere as seguintes afirmações sobre a responsabilidade penal dos Prefeitos.

I – O exercício do cargo e das funções de Prefeito asseguram-lhe inimputabilidade e prerrogativa de foro, de modo que somente os Tribunais Regionais podem julgar o Chefe do Executivo local.

II – Sendo a infração cometida no exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, mesmo depois de encerrado o exercício do mandato.

III – O Prefeito, durante seu mandato, goza de prerrogativa de foro em relação às infrações cometidas antes do exercício na função.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

46. Assinale a alternativa correta.

a) As regiões metropolitanas são entes autônomos, sob o ponto de vista político, pois são instituídas por Municípios participantes da mesma comunidade socioeconômica, vinculados por lei complementar para a realização de serviços comuns, compondo o regime federativo.
b) Processo de conurbação consiste na aglutinação de duas ou mais unidades urbanas em torno de um núcleo urbano determinado, configurando aglomerado único de intenso relacionamento, com necessidades que demandam soluções conjuntas.
c) As regiões metropolitanas são constituídas por agrupamento urbanos limítrofes, podendo ser de Estados diferentes, desde que destinadas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum.
d) As regiões metropolitanas são criadas para cuidar tanto dos interesses municipais locais como dos interesses metropolitanos típicos, com o planejamento e execução integrados, em prol de toda a área dos Municípios envolvidos.
e) A região metropolitana é ente federado formado por área territorial instituída por Municípios integrantes da mesma comunidade socioeconômica, vinculados por lei complementar para a realização de serviços e objetivos comuns.

47. A respeito da prestação de alimentos segundo o Código Civil, assinale a alternativa correta.

a) Admite-se a prestação de alimentos com caráter complementar, desde que reste comprovado que os alimentos originalmente fixados não atendem integralmente às necessidades do credor.
b) Por ser de caráter personalíssimo, a obrigação de prestar alimentos não pode ser transmitida aos herdeiros.
c) Após a separação judicial do casal, o cônjuge declarado culpado pela separação não poderá pleitear ao outro cônjuge a prestação alimentícia.
d) O crédito decorrente da obrigação alimentar não pode ser objeto de cessão e penhora, mas admite-se a sua compensação.
e) Para a fixação dos alimentos, o julgador deve privilegiar a necessidade em detrimento da possibilidade.

48. Quanto ao regime de bens entre os cônjuges, assinale a alternativa correta.

a) No regime da comunhão parcial de bens, os bens adquiridos a qualquer título na constância do casamento são comuns, mesmo que tenham sido adquiridos em nome de um só dos cônjuges.
b) Um homem com 71 anos de idade e uma mulher com 40 anos de idade, para se casar, deverão expressamente adotar o regime da separação de bens.
c) No regime da comunhão universal de bens, não se comunicam os bens adquiridos em sub-rogação aos herdados com cláusula de incomunicabilidade.
d) É válido o regime de separação de bens firmado pelos cônjuges mediante documento particular.
e) Para adoção do regime da comunhão parcial de bens, exige-se o pacto antenupcial ou documento particular firmado pelos nubentes.

49. Considere o enunciado abaixo e as quatro propostas para completá-lo.

O Ministério Público tem legitimidade para

1 - requerer a desconsideração da personalidade jurídica em caso de desvio de finalidade.
2 - impugnar a alienação de bens na falência.
3 - promover o cumprimento dos encargos da doação caso forem a benefício de terceiros e do interesse geral, depois da morte do doador, se o donatário não tiver cumprido.
4 - promover a interdição só nos casos de doença mental grave.

Quais propostas estão corretas?

a) Apenas 1 e 2.
b) Apenas 2 e 3.
c) Apenas 3 e 4.
d) Apenas 1, 3 e 4.
e) 1, 2, 3 e 4.

50. A respeito das regras de direito das sucessões previstas no Código Civil, assinale a afirmação correta.

a) O herdeiro necessário perderá o direito à legítima se lhe forem deixados bens em testamento que constituam a parte disponível do testador.
b) A aceitação da herança é ato jurídico unilateral por meio do qual o herdeiro manifesta livremente sua vontade de receber a herança, devendo ser realizada de forma expressa.
c) Não é válida a disposição testamentária do testador casado em favor do filho que nasça de seu relacionamento com concubina.
d) Tratando-se de sucessão legítima, é assegurado ao cônjuge sobrevivente, caso o casamento tenha sido efetuado no regime da comunhão universal de bens, o direito de concorrência com os descendentes do autor da herança.
e) Tratando-se da sucessão em geral, é assegurado ao companheiro sobrevivo, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da convivência, e para o caso de não ter o *de cujus* descendentes, mas somente ascendentes, direito a um terço do montante hereditário.

51. Sobre responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

a) O direito civil brasileiro não reconhece a possibilidade de indenização por ato lícito.
b) A indenização pela perda de uma chance implica que o dano seja concreto.
c) Não se transmitem com a herança o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la.
d) O dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.
e) É objetiva a responsabilidade civil dos profissionais liberais.

52. Durante a fabricação de um determinado tipo de bolacha, a Empresa Bolachas X, acidentalmente, adicionou glúten ao produto. A embalagem do produto registra expressamente não conter este componente. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.

a) A sociedade empresária e o empresário individual respondem apenas pelas atitudes dolosas quanto ao erro de fabricação de seus produtos.
b) O empresário individual responde se agiu com dolo, enquanto a sociedade empresária responde independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
c) Tanto a sociedade empresária quanto o empresário individual respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
d) Inexiste responsabilidade civil quanto ao conteúdo dos produtos, já que o glúten é próprio para consumo humano.
e) Tanto a sociedade empresária quanto o empresário individual respondem independentemente de culpa pelo erro, mesmo que os produtos não sejam postos em circulação.

53. Com relação à extinção dos contratos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) A resolução do contrato poderá ser evitada se o réu oferecer modificação equitativa nas condições do contrato.
b) A resilição unilateral de um contrato pode se operar independentemente de denúncia notificada à outra parte, mas somente nas hipóteses em que a lei expressamente permita tal forma de extinção dos contratos.
c) O distrato formaliza-se pela mesma forma exigida pelo contrato.
d) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.
e) A cláusula resolutiva tácita reclama interpelação judicial.

54. Com relação aos contratos tipificados no Código Civil Brasileiro, considere as seguintes afirmações.

I – No caso de compra e venda de coisa futura, ficará sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório.

II – A doação se opera somente por escritura pública.

III – O mútuo feito a pessoa menor, sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) I, II e III.

55. Assinale a alternativa correta.

a) O trespasse do estabelecimento empresarial confunde-se com a cessão de quotas sociais ou alienação do controle societário.
b) Independentemente de regular escrituração, o adquirente do estabelecimento é sempre sucessor do alienante em relação às obrigações trabalhistas e fiscais ligadas ao estabelecimento.
c) Considera-se sucessor o adquirente do estabelecimento, mesmo quando a obrigação do alienante não se encontra regularmente contabilizada.
d) O contrato de alienação do estabelecimento empresarial não necessita ser levado a registro na Junta Comercial.
e) O alienante, salvo disposição expressa no contrato de trespasse, não fica impedido de concorrer com o adquirente.

56. Considere as seguintes afirmações.

I – O pedido de recuperação judicial, o processo de recuperação judicial e o plano de recuperação judicial possuem o mesmo significado.

II – O credor poderá apresentar objeção ao plano de recuperação judicial após a publicação do aviso da sua apresentação.

III – Apresentada objeção ao plano de recuperação judicial, o juiz decidirá sobre a concessão ou não da recuperação judicial.

IV – A recuperação judicial depende da concordância dos credores.

Quais propostas estão corretas?

a) Apenas I e II.
b) Apenas I e III.
c) Apenas II e IV.
d) Apenas I, III e IV.
e) I, II, III e IV.

57. Considere as seguintes afirmações.

I – De sentença proferida por juiz federal, em demanda cujas partes sejam Estado estrangeiro, de um lado, e, de outro, pessoa domiciliada no País, é cabível, em tese, recurso ordinário diretamente para o Superior Tribunal de Justiça.

II – Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.

III – É inadmissível recurso adesivo em embargos infringentes.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e II.
e) I, II e III.

58. A respeito da audiência de instrução e julgamento, assinale a alternativa correta.

a) Via de regra, as provas serão produzidas nesta ordem: colhem-se os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; ouvem-se as testemunhas arroladas, começando-se pelas do réu e, depois, as do autor; a seguir, procede-se à oitiva dos peritos e assistentes técnicos.
b) Pode ser dispensada pelo juiz a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado, sem comprovação de justo impedimento, deixou de comparecer à audiência.
c) É inadmissível o adiamento da audiência de instrução e julgamento por convenção das partes.
d) Uma vez iniciada, é inadmissível sua suspensão a pedido das partes para fins de transação.
e) O juiz interrogará as testemunhas sobre os fatos articulados, cabendo, primeiro ao autor, e depois ao réu, formular perguntas tendentes a esclarecer ou a completar o depoimento.

59. Sobre a fraude à execução, considerando-se a jurisprudência atual e predominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) ela pode ser reconhecida somente por ação própria.
b) sua caracterização depende, cumulativamente, de pedido expresso do credor e de prévia oitiva do terceiro adquirente.
c) a ocorrência de prévia citação válida em processo de execução é imprescindível à sua caracterização.
d) ela poderá se caracterizar mesmo sem o prévio registro da penhora do bem alienado, desde que seja provada a má-fé do terceiro adquirente.
e) sua ocorrência é presumida quando alienado o bem após a citação em processo de conhecimento intentado contra o alienante, facultado ao adquirente comprovar sua boa-fé.

60. Leia as afirmações abaixo.

I – Não se estende o direito de recorrer da sentença à autoridade coatora, em mandado de segurança, ainda que por intermédio da Procuradoria do órgão a que pertencer.

II – Suspenso o processo principal, a medida cautelar que lhe tenha sido incidentalmente deferida terá sua eficácia suspensa, salvo decisão judicial em contrário.

III – Em nenhum caso, a sentença proferida em processo cautelar impedirá que a parte intente a ação principal.

Quais estão **INCORRETAS**?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e II.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

61. Leia as afirmações abaixo.

I – Pode o autor cumular ao pedido possessório quaisquer outros pedidos, sem que isto importe adoção do procedimento ordinário.

II – O foro do local do imóvel é competente para conhecer da ação fundada em direito possessório a ele relativo, mas essa competência é de natureza relativa.

III – O Juizado Especial Cível é absolutamente incompetente para conhecer de ação possessória sobre bem imóvel, independentemente do valor do bem.

Quais estão **INCORRETAS**?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e II.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

62. Em demanda indenizatória, testemunha arrolada pelo réu afirmou, em seu depoimento, que o demandado conduzia veículo automotor de forma arrojada e perigosa, pondo em risco a segurança do tráfego. Encerrada a instrução, o demandado requereu ao juiz que o aludido depoimento fosse desentranhado dos autos, visto que prejudicial aos interesses da parte que o requerera, o que foi indeferido pelo magistrado.

Assinale, entre as alternativas abaixo, aquela que enuncia princípio que melhor, e com maior especificidade, fundamenta a decisão do magistrado antes mencionada.

a) princípio da demanda
b) princípio do devido processo legal
c) princípio da comunhão da prova
d) princípio da cooperação
e) princípio da instrumentalidade das formas

63. Assinale a alternativa correta.

a) Segundo a jurisprudência dominante, formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.
b) É inadmissível, na ação popular, o ingresso de litisconsorte ativo após o despacho da petição inicial.
c) O Ministério Público não detém legitimidade para requerer ao juiz a caducidade de medida liminar deferida em mandado de segurança, na hipótese de o respectivo impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo.
d) É incabível reconvenção em ação monitória, mesmo após a conversão do procedimento em ordinário.
e) O instrumentalismo processual preconiza, fundamentalmente, um reforço da separação entre os planos do direito substancial e processual, evitando, assim, influências recíprocas, com a perda da autonomia científica do direito processual.

64. Leia as afirmações abaixo.

I – Em processo de conhecimento, efetivada citação com hora certa ou por edital, deve ser nomeado curador especial ao réu revel.

II – Em execução por quantia certa contra devedor solvente, deve ser nomeado curador especial ao réu que, citado por hora certa, permanecer revel.

III – O curador especial do réu revel citado por edital não está sujeito, na contestação, à observância da regra de impugnação específica.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e II.
e) I, II e III.

65. Leia o relato abaixo.

No dia 20 de março do corrente ano, no Presídio de Caxias do Sul, o detento Pimentel, cumprindo pena em regime semiaberto, obteve autorização do Diretor do Presídio para sair do estabelecimento prisional com vistas a realizar tratamento médico, mediante escolta. Durante o atendimento no Posto de Saúde, o detento empreendeu fuga. Transcorridos quatro dias, ele foi capturado na casa de sua companheira.

Considerando jurisprudência consolidada no STF, assinale a alternativa correta relativamente aos fatos relatados acima.

a) O detento praticou falta grave, que acarreta perda de todos os dias remidos, regressão no regime de cumprimento da pena e reinício da contagem do prazo para futuros benefícios.
b) A falta grave praticada pelo detento exclui o tempo remido nos últimos 30 dias.
c) A permissão de saída do estabelecimento penal só poderia ter sido concedida pelo Juiz da Vara de Execução Penal.
d) O detento praticou falta grave, que acarreta perda de até 1/3 dos dias remidos, regressão no regime de cumprimento da pena e reinício da contagem do prazo para futuros benefícios.
e) A fuga é considerada falta grave, mas, em caso de fuga, o detento não perde o direito ao tempo remido, tendo em vista os princípios da proporcionalidade, do direito adquirido e da coisa julgada.

66. No interior do ônibus da Linha Tristeza-Ipanema, Péricles, aproveitando-se da superlotação do coletivo, subtraiu R$100,00 da bolsa da passageira Maria, que estava sentada ao seu lado e, no momento do furto, se encontrava dormindo. Após, deslocou-se para o fundo do coletivo e, mediante violência e grave ameaça, exercidas com emprego de um revólver, subtraiu um par de tênis e um telefone celular, pertencentes a Jeferson e a Pedro, também passageiros do referido coletivo. Após a subtração, o agente desceu do ônibus e fugiu do local. Imediatamente, testemunhas informaram o fato ao destacamento da Brigada Militar da Tristeza, descrevendo as características físicas do meliante e a arma que ele portava. Policiais militares procederam às diligências e conseguiram localizar o agente nas proximidades, prendendo-o na posse da *res furtivae*. A arma não foi encontrada pelos milicianos.

De acordo com a Teoria da *amotio* e jurisprudência dominante, assinale a alternativa correta em relação à classificação dos fatos delituosos praticados por Péricles.

a) Art.155, *caput* (furto simples), combinado com o art.14, inciso II (tentativa), em concurso material (art.69, *caput*) com o art.157, § 2º, inciso I (roubo circunstanciado pelo emprego de arma), duas vezes, combinado com o art.14, inciso II (tentativa) na forma do art.70, *caput*, 1ª parte (concurso formal perfeito), todos do Código Penal.
b) Art.155, § 4º, inciso II (furto qualificado pela destreza) em concurso material (art. 69, *caput*) com o art.157,§ 2º, inciso I (roubo circunstanciado pelo emprego de arma), duas vezes, na forma do art.70, *caput*, 1ª parte (concurso formal perfeito), todos do Código Penal.
c) Art.155, *caput* (furto simples), em concurso material (art.69, *caput*) com o art.157,*caput* (roubo simples), duas vezes, combinado com o art.14, iniciso II (tentativa), na forma do art.70, *caput*, 2ª parte (concurso formal imperfeito), todos do Código Penal.
d) Art.155, §4º, inciso II (furto qualificado pela destreza), em concurso formal perfeito (art.70, *caput*, 1ª parte) com o art.157,§2º, inciso I (roubo circunstanciado pelo emprego de arma), duas vezes, na forma do art.71, *caput* (crime continuado simples), todos do Código Penal.
e) Art.155, *caput* (furto simples), em concurso material (art.69, *caput*) com o art. 157,§2º, inciso I (roubo circunstanciado pelo emprego de arma), duas vezes, na forma do art.70, *caput*, 1ª parte (concurso formal perfeito), todos do Código Penal.

67. Durante a Operação denominada Balada Segura, realizada na Avenida Ipiranga, nesta cidade, Brandão, sem habilitação, conduzindo o veículo de seu pai, foi abordado pelos "azuizinhos" e policiais militares na *blitz*, embora estivesse dirigindo regularmente, sem comprometer o nível de segurança do trânsito. Instado a apresentar os documentos do veículo, entregou ao policial militar uma carteira de habilitação falsificada. Constatada a falsificação, Brandão ofereceu duzentos reais ao policial para que o liberasse, fato que motivou sua prisão em flagrante. Submetido ao teste em aparelho de ar alveolar pulmonar (etilômetro), constatou-se que o condutor apresentava concentração de álcool de três décimos de miligrama por litro de ar expelido dos pulmões, equivalente a seis decigramas de álcool por litro de sangue.

Com base nesses dados, é correto afirmar que Brandão cometeu os crimes de

a) falsa identidade (art.307 do CP), corrupção ativa (art.333 do CP), embriaguez ao volante (art.306 do CTB) e falta de habilitação para dirigir (art.309 do CTB).
b) uso de documento falso (art.304 do CP), corrupção ativa (art.333 do CP) e falta de habilitação para dirigir (art.309 do CTB).
c) uso de documento falso (art.304 do CP), corrupção ativa (art.333 do CP) e embriaguez ao volante (art.306 do CTB).
d) corrupção ativa (art.333 do CP) e uso de documento falso (art.304 do CP).
e) uso de documento falso (art.304 do CP), corrupção ativa (art.333 do CP), embriaguez ao volante (art.306 do CTB) e falta de habilitação para dirigir (art.309 do CTB).

68. Considere as seguintes afirmações.

I – Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juiz avaliará se o condenado preenche os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, devendo determinar, para tal fim, a realização de exame criminológico.

II – A "delação premiada", prevista no art. 159, § 4º, do Código Penal, é de incidência obrigatória quando os autos demonstrarem que as informações prestadas por um dos coautores foi eficaz, possibilitando ou facilitando a libertação da vítima.

III – A conduta de quem explora máquinas eletronicamente programadas – conhecidas como "caça-níqueis" – e com o valor arrecadado, em maio do corrente ano, adquiriu uma casa na praia, em nome de seu irmão, com o objetivo de dissimular a origem desses recursos, configura crime de "Lavagem de Dinheiro", previsto na Lei nº 9.613/98.

IV – Nos casos de condenação por crime ambiental (Lei nº 9.605/98) a pena privativa de liberdade não superior a três anos, pode ser aplicada a suspensão condicional da pena.

V – Sujeita-se ao exame da aplicação do RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) o condenado ou o preso provisório sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas I e II.
b) Apenas II e IV.
c) Apenas III e V.
d) Apenas I, III e IV.
e) Apenas II, IV e V.

69. Leia o relato abaixo.

Às vésperas das eleições municipais, mais precisamente no dia 03 de outubro, Paulo Jeton, candidato a Prefeito Municipal de Águas Cristalinas, promoveu grande comício de encerramento da campanha na praça central da cidade, visando à eleição, a ser realizada no dia 05 de outubro do ano eleitoral. Incumbiu a Caio Malufus, seu coordenador de campanha, que contratasse cinco ônibus para facilitar o transporte de eleitores provenientes de bairros afastados. Vários eleitores utilizaram o meio de transporte ofertado pelo candidato.

Ao discursar, Paulo Jeton prometeu que, se eleito, todos os munícipes necessitados receberiam da Prefeitura, mensalmente, uma cesta básica. Disse, ainda, que seus adversários, Setembrino Republicano e Zelberto Zel, também estavam prometendo ao eleitor a manutenção do programa da cesta básica, mas, já que eram conhecidos salafrários e farsantes, se fossem eleitos, jamais destinariam recursos para tal programa.

Com base nesse relato, é correto afirmar que Paulo Jeton cometeu

a) o crime de transporte de eleitores, em desacordo com a legislação eleitoral (Lei nº 6.091/74).
b) o crime de injúria eleitoral.
c) o crime de calúnia eleitoral.
d) o crime de corrupção eleitoral.
e) o crime de transporte de eleitores, em desacordo com a legislação eleitoral (Lei nº 6.091/74), e o de corrupção eleitoral.

70. Considere as seguintes afirmações.

I – As condutas do usuário de drogas incriminadas nos *caput* e §1º do art. 28 da Lei nº 11.343/06 são consideradas um tipo misto alternativo, de conteúdo variado, que preveem penas de advertência, prestação de serviço à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

II – Os crimes eleitorais contra a honra, praticados durante a propaganda eleitoral, são de ação penal pública incondicionada e comportam a utilização dos institutos despenalizadores da suspensão condicional do processo e da transação penal, previstos na Lei nº 9.099/95.

III – Juiz de Direito, antevendo que a pena aplicada em eventual sentença condenatória seria alcançada pela prescrição, pode reconhecer a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva virtual, em atenção aos princípios da economia e celeridade processuais, segundo entendimento consolidado pelo STJ.

IV – A incidência da circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal, por ser circunstância que sempre atenua a pena, atendendo aos princípios da proporcionalidade e da individualização da pena, consoante entendimento pacífico do STJ.

V – Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099/95.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.
b) Apenas II e III.
c) Apenas III e IV.
d) Apenas I, II e V.
e) I, II, III, IV e V.

71. Na Praça Central do Balneário do Cassino, Fiscais da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio de Rio Grande, juntamente com policiais civis, atendendo reclamações de moradores acerca da venda de produtos clandestinos e drogas, procederam às diligências no comércio da região. Ao chegarem ao Quiosque Alegria, o proprietário, Jacinto Gomes, ameaçou de morte o Chefe da Investigação, Escrivão de Polícia Paulo Rocha, com o objetivo de impedi-lo de fiscalizar seu estabelecimento comercial. Mesmo sob clima tenso e graves ameaças para cessar o ato legal, o

mandado de busca e apreensão foi efetivado. Na operação, servidores apreenderam 260 CDs de músicas, cópias de obras intelectuais reproduzidas sem autorização, que estavam expostos à venda, com intuito de lucro direto. Ainda, em cumprimento ao mandado de busca e apreensão, apreenderam 200g de maconha, escondidos em uma caixa para armazenar CDs, juntamente com uma agenda, dois telefones celulares e R$2.000,00 em notas diversas. Durante a lavratura do auto de prisão em flagrante, Jacinto, arrependido, retratou-se das ameaças feitas ao policial civil. Quanto à droga, referiu que se destinava para consumo próprio, pois dependente dela, e disse desconhecer a ilicitude na venda de CDs piratas.

Com base nessas informações, é correto afirmar que Jacinto Gomes praticou os crimes de

a) violação de direito autoral, resistência e tráfico de drogas.
b) fraude no comércio, desacato e tráfico de drogas.
c) tráfico de drogas, crime contra as relações de consumo e ameaça.
d) violação de direito autoral, desobediência e tráfico de drogas.
e) tráfico de drogas, crime contra as relações de consumo e tentativa de resistência.

72. Considere as seguintes afirmações.

I – O princípio da insignificância, calcado em política criminal, funciona como causa de exclusão da tipicidade, desempenhando uma interpretação restritiva do tipo penal.

II – A disposição legal que vedava a conversão de penas aplicadas ao condenado por tráfico de drogas, com pena reduzida, em patamar igual ou inferior a quatro anos de reclusão, teve sua execução suspensa; fato que permite a conversão dessas penas por penas restritivas de direitos, desde que sejam favoráveis as circunstâncias legais e judiciais relacionadas ao crime e ao delinquente.

III – Servidor que, no exercício de suas funções junto ao Setor de Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal de Coqueiros, altera, mediante sua senha pessoal e restrita, indevidamente o banco de dados que contém informações de pagamentos de encargos especiais, aumentando sua remuneração em 20%, pratica o crime conhecido como peculato apropriação.

IV – A conduta de quem, dias antes de sua posse para o cargo de Delegado de Polícia, exige de conhecido contraventor do jogo do bicho o pagamento de R$5.000,00, sob pena de instaurar inquérito policial assim que assumir suas novas funções, configura o crime de corrupção passiva.

V – O Estatuto do Idoso, por razões de política criminal, tendo em vista minimizar a repercussão social do fato cometido dentro da família, em determinados casos, quando o delito patrimonial é cometido entre parentes ou entre cônjuges, permite a isenção da pena.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.
b) Apenas I e IV.
c) Apenas II e V.
d) Apenas III e IV.
e) Apenas IV e V.

73. Considere as seguintes afirmações.

I – Cirurgião plástico que, depois de anestesiar sua paciente, de 24 anos, toca em suas partes íntimas, aproveitando-se de seu estado de inconsciência e de sua total incapacidade de resistência, responde pelo crime denominado de "estupro de vulnerável".

II – Prefeito Municipal que desvia, voluntária e conscientemente, mão de obra pública para prestar serviço em sítio de seu correligionário, em propriedade particular, pratica o crime de peculato-desvio, previsto no art. 312, *caput*, parte final, do CP.

III – Delegado de Polícia que, dolosamente, deixa de instaurar inquérito policial para apurar a prática do crime de tortura cometida por seus subordinados na carceragem da delegacia comete o crime de prevaricação (art., 319 do CP).

IV – Nos crimes contra as relações de consumo, além das penas privativas de liberdade e de multa, cumulativa ou alternadamente, podem ser impostas: a interdição temporária de direitos; a publicação em órgão de comunicação de grande circulação, às expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a condenação; e a prestação de serviços à comunidade.

V – Agente que se apropria de valores da conta corrente de terceiro, mediante transferência bancária fraudulenta, sem o consentimento do correntista, por meio do canal "Internet Banking", burlando o sistema de proteção e de vigilância do Banco sobre os valores mantidos sob sua guarda, comete o crime de estelionato.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e III.
b) Apenas I e IV.
c) Apenas II e IV.
d) Apenas III e V.
e) Apenas IV e V.

74. A respeito dos diversos efeitos da reincidência, é **INCORRETO** afirmar que ela

a) impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando houver reincidência específica em crime doloso.
b) influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
c) revoga a reabilitação quando o agente for condenado a pena que não seja de multa.
d) impede o reconhecimento do denominado furto privilegiado.
e) aumenta o prazo de cumprimento da pena para obtenção do livramento condicional.

75. Gomercindo foi julgado pelo Tribunal do Júri de Ibirubá por incurso no art. 121, § 2º, incisos I e IV, combinados com os arts. 29 e 61, II, "e", todos do Código Penal, e condenado a 13 anos de reclusão em regime inicialmente fechado. A defesa apelou alegando somente a nulidade do julgamento por má formulação dos quesitos, pois sua única tese foi a de negativa de autoria, mas a Magistrada, além dos três primeiros quesitos do art. 483 do Código de Processo Penal, introduziu por sua conta indagações a respeito da tese de menor participação no delito e da possível intenção do réu de participar de crime diverso. O Ministério Público de 1º grau, em contrarrazões, sustentou a legalidade da decisão recorrida.

O Procurador de Justiça que analisará o feito deve opinar pelo

a) não conhecimento da irresignação, por se tratar de nulidade relativa não questionada oportunamente.
b) acolhimento da irresignação, por se tratar de nulidade absoluta.
c) desacolhimento da irresignação, porque a Presidente do Tribunal do Júri poderia fazer, de ofício, quaisquer quesitos adicionais.
d) desacolhimento da inconformidade, porque os quesitos não obedecem a qualquer modelo ou ordem legal.
e) acolhimento do recurso, porque a quesitação, por novo comando legal, só pode ter três quesitos.

76. Licurgo, funcionário público municipal de Novo Hamburgo, cometeu prevaricação. No Juizado Especial Criminal – depois de todos os trâmites processuais –, ocorreu sua absolvição. Em virtude de recurso acusatório, a Turma Recursal reformulou a decisão, condenando-o como incurso no art. 319 do Código Penal. Como a defesa percebeu a ocorrência de vício insanável no veredito, resolveu impetrar *habeas corpus*. O *writ* deve ser dirigido

a) ao Supremo Tribunal Federal.
b) a uma das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado.
c) ao Conselho da Magistratura do Estado do Rio Grande do Sul.
d) ao Superior Tribunal de Justiça.
e) ao Tribunal Federal da 4ª Região.

77. Dorvalina encontrou-se com seu ex-companheiro Plutarco na via pública de Estância Velha, tendo este dirigido-lhe várias agressões verbais, chamando-a de "preta suja, prostituta, vagabunda, traficante", etc. Imediatamente a vítima dirigiu-se à Polícia Civil e, munida de cópia do Boletim de Ocorrência, procurou seu advogado. Posteriormente, a queixa-crime foi oferecida, amparada no art. 140 do Código Penal, acompanhada do boletim policial e de uma procuração com a cláusula *ad judicia*. O Magistrado, antes de qualquer decisão, deu vista ao Ministério Público, que deve postular

a) a rejeição da queixa-crime para que possa oferecer denúncia.
b) o prosseguimento da ação, determinando à Polícia que forneça mais elementos do evento a partir da *notitia criminis*.
c) a rejeição da queixa-crime por vício de representação.
d) o prosseguimento da ação com a retificação de que se trata de injúria racial, ou qualificada, prevista no § 3º, do art. 140, do Código Penal.
e) o prosseguimento da ação, com a realização da audiência de conciliação.

78. Epaminondas forneceu fogos de artifício a menor em São Leopoldo, razão pela qual foi denunciado numa Vara Criminal pelo crime previsto no art. 244-A do ECA, cuja pena é de detenção de 6 meses a 2 anos e multa. Paralelamente, o Ministério Público requereu sua prisão preventiva, pois, embora tecnicamente primário, não tem emprego fixo, e a comercialização ilegal daqueles produtos têm acontecido reiteradamente na sociedade, ocasionando ferimentos graves e irreversíveis a muitas crianças. Acrescentou ainda que o caso teve grande repercussão na imprensa e gerou clamor público. Recebendo o pedido, o Magistrado deve

a) rejeitá-lo por ser incompetente para instruir a ação.
b) decretar a prisão preventiva por garantia da ordem pública.
c) decretar a prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal.
d) decretar a prisão preventiva como garantia da ordem econômica, pois os comerciantes legalmente estabelecidos estão sendo prejudicados pelo denunciado.
e) rejeitá-lo por impossibilidade legal.

79. Uma das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado, por 2 votos a 1, proveu apelação da defesa, anulando o julgamento pelo Tribunal do Júri de Cruz Alta, porque o Promotor de Justiça referiu em plenário que o réu tinha vasta folha corrida de antecedentes, sendo inclusive reincidente. Não se conformando com a decisão que entendeu ilógica e ofensiva ao Código de Processo Penal, o Procurador de Justiça deve ingressar com

a) embargos infringentes.
b) agravo.
c) recurso extraordinário.
d) protesto por novo júri.
e) recurso especial.

80. Isalino foi vítima do furto de um quadro da grande pintora brasileira Tarsila do Amaral, em Porto Alegre, avaliado em um milhão de reais. A Polícia, através de investigações, descobriu que o *marchand* Tinoco havia sido o autor do crime, mas a obra não foi encontrada, e o indiciado não deu quaisquer informações indicativas do paradeiro do quadro. No intuito de diminuir seu prejuízo, a vítima, através de um causídico, ajuizará medida cautelar em uma das Varas Criminais da comarca para tornar inalienáveis algumas das muitas obras de arte que possui o acusado, visando futura reparação do dano decorrente do delito. A medida correta a ser ajuizada será

a) o arresto.
b) o arresto provisório.
c) a penhora.
d) o sequestro.
e) a hipoteca legal.

81. Na comarca de Pelotas, Romão foi processado por tráfico de entorpecentes, que admite uma sanção de 5 a 15 anos de reclusão. Terminada a instrução, o Dr. Juiz de Direito, ao sentenciar, entendeu que, na verdade, ocorreu o crime de oferecimento eventual e gratuito de droga, cuja pena máxima cominada é 1 ano de detenção. Em decorrência de seu entendimento, o Magistrado

a) aplicará a penalidade correspondente à nova infração penal.
b) abrirá vista para o Ministério Público e a defesa requererem o que de direito.
c) oportunizará nova instrução processual relativa ao novo crime.
d) desclassificará o delito e, após, encaminhará os autos ao Juizado Especial Criminal da comarca.
e) dará vista aos autos para o Ministério Público aditar a denúncia em face da errônea capitulação legal do crime.

82. Sebastiana foi vítima do crime de ameaça de morte em 13/03/12, praticado pelo companheiro Anastácio, que portava um facão dentro de casa. Mesmo que amedrontada, não quis representar, mas sua filha de 17 anos, temerosa de que algo grave viesse a lhe acontecer, contatou com o Promotor de Justiça da comarca de São Sebastião do Caí, que o enquadrou na Lei Maria da Penha. Depois de alguns procedimentos policiais e judiciais, o Magistrado sentenciou, sendo o réu condenado a 3 meses de detenção. Houve apelação da defesa, e o novo órgão do Ministério Público recebeu os autos para contrarrazoar. O *Parquet* deve opinar

a) pela anulação do feito por ausência de representação.
b) pela manutenção da decisão por se tratar de ação penal pública incondicionada.
c) pela suspensão do processo para aguardar o resultado de decisão do STF a respeito da constitucionalidade da Lei Maria da Penha.
d) pela anulação do feito para que o processo inicie no Juizado Especial Criminal.
e) pela anulação do feito por se tratar de caso que só se procede mediante ação privada.

83. Com relação às normas disciplinares no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) Quando a infração disciplinar constituir, também, infração penal, o prazo prescricional será o mesmo da lei penal, contado da data do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
b) A reincidência em falta anteriormente punida com censura ensejará a aplicação da pena de suspensão.
c) A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência e censura.
d) A portaria de instauração de processo administrativo-disciplinar interrompe o curso da prescrição.
e) O recurso para o Órgão Especial do Colégio de Procuradores da decisão do Conselho Superior do Ministério Público que aplicou sanção disciplinar não tem efeito suspensivo.

84. No que tange ao prosseguimento dos Promotores de Justiça no estágio probatório do Ministério Público do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do enunciado abaixo, na ordem em que aparecem.

As avaliações realizadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público até o final do _____ trimestre de efetivo exercício do/no cargo serão submetidas ao _____ , que poderá determinar o prosseguimento dos Promotores de Justiça no estágio probatório.

a) segundo – Conselho Superior do Ministério Público
b) quarto – Órgão Especial do Colégio de Procuradores
c) sexto – Órgão Especial do Colégio de Procuradores
d) quarto – Conselho Superior do Ministério Público
e) sexto – Conselho Superior do Ministério Público

85. São atribuições do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **EXCETO**

a) indicar ao Procurador-Geral de Justiça, com a presença mínima de dois terços dos seus membros, a lista tríplice dos candidatos à promoção ou remoção por merecimento.
b) opinar sobre anteprojetos de lei de iniciativa do Ministério Público.
c) propor, à Corregedoria-Geral do Ministério Público, a instauração de processo administrativo-disciplinar contra membro do Ministério Público.
d) aprovar os pedidos de remoção por permuta entre os membros do Ministério Público.
e) autorizar, por conveniência do serviço, o afastamento de membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, de interesse da Instituição, no País ou no exterior.

86. São órgãos da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

a) a Procuradoria-Geral de Justiça, a Ouvidoria do Ministério Público, o Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.
b) a Procuradoria-Geral de Justiça, a Ouvidoria do Ministério Público, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
c) a Procuradoria-Geral de Justiça, a Ouvidoria do Ministério Público, o Colégio de Procuradores de Justiça e a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
d) a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
e) a Ouvidoria do Ministério Público, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

87. Assinale a alternativa correta.

a) Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
b) Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público dirimir, originariamente, conflito de atribuições entre os Ministérios Públicos Federal e Estadual.
c) O Conselho Nacional do Ministério Público é composto de quartoze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
d) O Conselho Nacional do Ministério Público escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre todos os seus membros, vedada a recondução.
e) Durante o exercício do mandato no Conselho Nacional do Ministério Público, ao membro do Ministério Público é vedado ser promovido por antiguidade.

88. A legislação atinente ao idoso estabelece medidas específicas de proteção na tutela de seus interesses. Com relação a estas medidas, assinale a alternativa correta.

a) Elas não poderão ser aplicadas cumulativamente e deverão levar em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
b) Verificada a necessidade, o Ministério Público poderá determinar de ofício a aplicação dessas medidas.
c) Constitui medida de proteção ao idoso a sua inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação.
d) Elas não poderão ser aplicadas em razão da condição pessoal do idoso.
e) O Ministério Público poderá determinar medida de orientação, apoio e acompanhamento temporários, com o consentimento dos familiares responsáveis.

89. Considerando a Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço, e tendo como supedâneo o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.
b) Não sendo o vício sanado no prazo máximo de sessenta dias, alternativamente e à sua escolha, pode o consumidor exigir: a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de perdas e danos; e o abatimento proporcional do preço.
c) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.
d) Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no Código de Defesa do Consumidor para saneamento do vício, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.
e) Os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam são impróprios ao uso e consumo.

90. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) A instauração de inquérito civil, até seu encerramento, obsta a decadência.
b) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.
c) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
d) O fornecedor está obrigado a veicular publicidade, pois o consumidor tem direito básico à informação ampla e adequada. A publicidade, no entanto, não pode ser enganosa ou abusiva.
e) Tratando-se de contrato de adesão escrito, o fornecedor é obrigado a redigi-lo em termos claros, com caracteres ostensivos e legíveis, utilizando tamanho de fonte não inferior ao corpo 12, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.

91. Assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações abaixo, relativas à indenização concedida às pessoas com deficiência decorrente do uso da talidomida, prevista na Lei nº 12.190/10, regulamentada pelo Decreto nº 7.235/10.

( ) A Legislação concede indenização por dano material e moral.
( ) A deficiência de que trata a Legislação se dá no sentido amplo, abrangendo qualquer das categorias explicitadas no Decreto que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
( ) O valor da indenização é único para todas as pessoas, não guardando relação com a natureza e o grau de dependência resultante da deficiência.
( ) A indenização prevista na Lei em questão, ressalvado o direito de opção, não é acumulável com qualquer outra da mesma natureza concedida por decisão judicial.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V – V – V – F.
b) F – V – F – V.
c) V – F – V – F.
d) F – F – F – V.
e) F – V – V – V.

92. A legislação pátria tem buscado compensar juridicamente a desigualdade de fato enfrentada por aqueles que possuem deficiência, igualando-os em oportunidades às demais pessoas. A concretização do verdadeiro sentido de isonomia, constitucionalmente assegurada, mostra-se particularmente relevante no que se refere à disciplina dos concursos públicos.
A propósito deste tema, considere as afirmações abaixo.

I – A pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 3.298/99, participará de concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo e ao horário e local de aplicação das provas.

II – É assegurado à pessoa com deficiência o direito de inscrição em concurso público para provimento de cargo, sendo que a aferição da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido ocorre até a conclusão do certame, o que se extrai do Decreto nº 3.298/99.

III – A pessoa com deficiência, resguardadas a condições especiais previstas no Decreto nº 3.298/99, participará de concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que diz respeito à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) Apenas II e III.

93. Considere o enunciado abaixo e as cinco propostas para completá-lo.

A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, regulamentou o art. 23 da Constituição Federal. Ao tratar da delegação de competência, que se dá mediante convênio, estabeleceu, às expressas, exigências para que um ente federativo possa ser destinatário da execução de ações administrativas, caso em que o Município deverá possuir

1 - órgão ambiental capacitado
2 - Conselho Municipal de Meio Ambiente
3 - Fundo Municipal de Meio Ambiente
4 - Plano Ambiental
5 - Plano Diretor

Quais propostas estão corretas?

a) Apenas 1 e 2.
b) Apenas 2 e 3.
c) Apenas 3 e 4.
d) Apenas 4 e 5.
e) 1, 2, 3, 4 e 5.

94. Em relação às disposições da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, considere as seguintes afirmações.

I – Os Conselhos Municipais do Meio Ambiente estabelecem as tipologias consideradas como sendo de impacto local.

II – O Município passou a ter competência originária para licenciar as atividades de impacto local.

III – A competência comum fiscalizatória a todos os órgãos do SISNAMA foi contemplada pela novel Lei Complementar.

IV – Compete à União licenciar empreendimentos e atividades desenvolvidas em Áreas de Proteção Ambiental – APAs – por ela instituídas, independentemente do respectivo grau de impacto ambiental.

V – Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, sendo que os demais entes interessados podem se manifestar de maneira vinculante.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.
b) Apenas I e IV.
c) Apenas II e III.
d) Apenas III e IV.
e) Apenas IV e V.

95. Em relação à Política Nacional de Resíduos Sólidos, considere as seguintes afirmações.

I – Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reciclagem, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

II – O poder público pode vedar formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos que considere inadequadas, além daquelas já arroladas expressamente na Lei nº 12.305/2010.

III – Terão prioridade no acesso a recursos da União, dentre outras situações previstas na Lei nº 12.305/2010, os Municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão de resíduos sólidos.

IV – A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos é condição para os Municípios terem acesso a recursos da União ou por ela controlados.

V – Terão prioridade no acesso a recursos da União, além de outras hipóteses estabelecidas na Lei nº 12.305/2010, os Municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Quais estão corretas?

a) Apenas I, II e III.
b) Apenas I, III e V.
c) Apenas II, IV e V.
d) Apenas II, III, IV e V.
e) I, II, III, IV e V.

96. Quanto à Política Nacional de Saneamento Básico, considere as seguintes afirmações.

I – A Lei nº 11.445/2007 ampliou o tradicional e restrito conceito de saneamento básico para considerá-lo o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, recursos hídricos, além de esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

II – Há interdependência normativa entre a Política Nacional de Saneamento Básico e a de Resíduos Sólidos, podendo, inclusive, o plano municipal de resíduos sólidos estar inserido no de saneamento básico.

III – Ações de saneamento executadas por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, não constituem serviço público.

IV – De acordo com a sistemática da Política Nacional de Saneamento Básico, é dispensada a regulação do serviço, sendo o prestador responsável pelo estabelecimento de regras para o setor e pela fiscalização do serviço prestado.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.
b) Apenas II e III.
c) Apenas III.
d) Apenas IV.
e) I, II, III e IV.

97. Em relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV –, previsto na Lei nº 11.977/09, com as alterações trazidas pela Lei nº 12.424/11, considere as seguintes afirmações.

I – O PMCMV destina-se a incentivar a produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos.

II – Terão prioridade de atendimento, dentre outras hipóteses previstas em Lei, famílias integradas por pessoas com deficiência.

III – As Leis que dispõem sobre o Programa objetivam o incentivo à produção ou reforma de habitações rurais.

IV – Famílias residentes em áreas de risco ou insalubre, ou que tenham sido desabrigadas, além de outras situações estabelecidas em Lei, terão prioridade de atendimento.

V – O Programa é voltado a famílias de baixa renda, excluídas as unipessoais, devendo o valor do rendimento ser comprovado pelo ente familiar beneficiário interessado.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.
b) Apenas II, IV e V.
c) Apenas I, II, III e IV.
d) Apenas III, IV e V.
e) I, II, III, IV e V.

98. Assinale a alternativa correta no que se refere especificamente à Regularização Fundiária de Interesse Social de que trata a Lei nº 11.977/09, com as alterações trazidas pela Lei nº 12.424/11.

a) A legislação veda a regularização em Área de Preservação Permanente.
b) No caso de o projeto de regularização abranger área de Unidade de Conservação de Uso Sustentável que, nos termos da Lei nº 9.985/00, admita a regularização, será exigida também anuência do órgão gestor da unidade.
c) O registro do parcelamento decorrente de projeto de regularização fundiária depende do atendimento aos requisitos da Lei nº 6.766/79.
d) A realização de obras de implantação de infraestrutura básica e de equipamentos comunitários pelo poder público, bem como sua manutenção, só pode ser realizada após a conclusão da regularização jurídica das situações dominiais dos imóveis.
e) A aprovação de projeto de regularização fundiária corresponde ao licenciamento urbanístico, bem como ao licenciamento ambiental, se o Município tiver, no mínimo, Conselho de Meio Ambiente, órgão ambiental capacitado e Fundo Municipal de Meio Ambiente.

99. Quanto aos ditames da Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, Lei Nacional da Adoção, considere as seguintes afirmações.

I – Corrigindo falha da legislação anterior, foi incluída, dentre as formas legais de arranjo familiar, a família extensa ou ampliada.

II – Não há restrição ao estado civil dos adotantes; no entanto, para a adoção conjunta, deverão ser os pretendentes casados ou viver em união estável, comprovada a estabilidade familiar.

III – Foi ampliada, pela nova Lei, a idade mínima para adotar, em reconhecimento à realidade de que a constituição da família e sua estabilidade estão ocorrendo cada vez mais tarde.

IV – O novo Diploma destacou-se por eleger a adoção como uma das primeiras alternativas dentre as políticas públicas voltadas aos interesses de crianças e adolescentes, tornando as regras do Instituto menos rigorosas e o procedimento mais célere.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.
b) Apenas I, II e III.
c) Apenas III e IV.
d) Apenas IV.
e) I, II, III e IV.

100. Em relação ao direito fundamental à convivência familiar e comunitária, importante inovação legislativa ocorreu com a entrada em vigor da Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. A propósito do tema versado nesse Diploma, considere as seguintes afirmações.

I – A conduta de omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente constitui espécie de alienação parental imprópria.

II – A novel legislação não autoriza o procedimento da mediação para a solução do litígio.

III – Além dos definidos na Lei como de alienação parental, também constituem atos dessa natureza os assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia.

IV – A interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente para que repudie genitor constitui ato promovido não apenas pelos pais, mas também pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.
b) Apenas I, II e III.
c) Apenas III e IV.
d) Apenas IV.
e) I, II, III e IV.

GABARITO DA PROVA PREAMBULAR

1	**A**	26	**D**	51	**D**	76	**B**
2	**C**	27	**E**	52	**C**	77	**ANULADA**
3	**ANULADA**	28	**D**	53	**B**	78	**ANULADA**
4	**C**	29	**B**	54	**D**	79	**E**
5	**B**	30	**C**	55	**ANULADA**	80	**A**
6	**E**	31	**D**	56	**C**	81	**D**
7	**E**	32	**C**	57	**D**	82	**A**
8	**D**	33	**D**	58	**B**	83	**E**
9	**B**	34	**C**	59	**D**	84	**A**
10	**C**	35	**E**	60	**E**	85	**B**
11	**A**	36	**A**	61	**E**	86	**D**
12	**B**	37	**B**	62	**C**	87	**A**
13	**D**	38	**B**	63	**A**	88	**ANULADA**
14	**E**	39	**B**	64	**E**	89	**B**
15	**A**	40	**D**	65	**D**	90	**D**
16	**B**	41	**A**	66	**E**	91	**D**
17	**C**	42	**C**	67	**C**	92	**D**
18	**A**	43	**A**	68	**E**	93	**A**
19	**E**	44	**C**	69	**B**	94	**C**
20	**D**	45	**C**	70	**D**	95	**D**
21	**B**	46	**B**	71	**A**	96	**B**
22	**E**	47	**A**	72	**A**	97	**C**
23	**A**	48	**C**	73	**B**	98	**B**
24	**A**	49	**A**	74	**B**	99	**A**
25	**C**	50	**E**	75	**B**	100	**E**